

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.664.166 - SP (2020/0035405-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : KATIA MOURÃO SANTANA
ADVOGADO : ALAIR MARIA DA SILVA - SP107193
AGRAVADO : SILVA SOLAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACAO LTDA.
ADVOGADOS : MARCELO LUIZ GREGGIO - SP157628
DANIEL BERSANI SILVA - SP285597

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por KATIA MOURÃO SANTANA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre apresentado fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

PENHORA CUMPRIMENTO DE SETENÇA PENHORA ON LINE DE SALDO DE CONTA POUPANÇA INSURGÊNCIA DA EXECUTADA ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO ARTIGO 833 X DO CPC DADO QUE PENHORADAS CONTAS DEPOSITADAS N A MODALIDADE POUPANÇA QUE SÃO TODAVIA IMPENHORAVEIS FALTA NO ENTANTO DE PROVA DE QUE AS CONTAS SEJA DE CADERNETA DE POUPANÇA CARACTERÍSTICA DA CONTA POUPANÇA ASSEMELHADA A DA CONTA CORRENTE DESCARACTERIZADA A NATUREZA DA CADERNETA DE POUPANÇA PENHORA MANTIDA

Quanto à controvérsia dos autos, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 833, X, do CPC, no que concerne à impenhorabilidade do valor bloqueado na poupança, uma vez que inferior a quarenta salários mínimos, trazendo os seguintes argumentos:

Desta forma, o v. acórdão recorrido viola dispositivo legal, uma vez que o entendimento esposado pelo Juízo de que a executada não logrou demonstrar que a constrição não recaiu sobre "caderneta de poupança", mas sim em "conta poupança", como se ocorrer, diferenciando assim ambas as espécies. Segundo decidiu, esta última espécie de conta desnatura a tipicidade da caderneta de poupança "que o legislador quis preservar e proteger ao pequeno poupador". (fls. 116).

Por certo, a conta poupança como na hipótese dos autos, não passa de mera denominação para uma conta corrente com remuneração e movimentação diárias (...). (fls. 116).

Com efeito o Juízo considerou insuficientes os documentos trazidos

pela recorrente (fls. 58/59) para comprovar se revista aludida conta dos requisitos para a que alude a lei, a torná-la impenhorável. Contrariamente, o próprio extrato dá a entender que conta corrente e conta poupança representam a mesma coisa. (fls. 116).

[...] (fls. 116).

Pois bem, no que pertine a modalidade da conta, tem-se que do extrato juntado não consta nenhuma movimentação da conta intitulada pela instituição bancária como "poupança" devendo esta ser presumida como tal. Ademais, data máxima vênua, absolutamente equivocada a assertiva de que consta dos referidos extratos a demonstração de utilização da conta poupança "também conta corrente", uma vez que a documental em epígrafe, repita-se, não corrobora ou ruma nesse sentido, pois não apontam qualquer movimentação/operação financeira atípica. (fls. 118).

Destarte, a recorrente entendeu ser coerente apresentar documento com o mesmo formato juntado anteriormente aos autos originais da 17ª Vara do Foro Central Cível para instruir idêntico pedido de levantamento de penhora, especialmente, em razão do bloqueio tratar-se da mesma "conta/caderneta" no ano de 2010 fora objeto de constrição que teve imediata liberação no mesmo Juízo a quo quando em pronunciamento anterior, em relação ao bloqueio da mesma conta, com publicação assim disponibilizada: (fls. 119).

Nesta esteira, data vênua, inaceitável, a alegação de que agora não se trata de conta impenhorável, além de que, nítida "poupança", ainda de baixo valor e também que o extrato de fl. 58, refere-se a prova já apresentada, e admitida como suficiente (despacho supra de 2010), e agora o mesmo extrato rejeitado. (fls. 119).

Ad argumentandum tantum, por serem conflitantes as decisões, cabe agora discussão do porque a conta bancária em comento foi considerada em 2010 impenhorável, ou seja, o Juízo a quo já examinara aquele extrato, e, com a devida vênua, à aparente mudança de opinião e critérios de avaliação na apreciação do mesmo documento, s.m.j., demonstra deficiência na prestação jurisdicional. (fls. 119).

Na hipótese dos autos, o valor bloqueado refere-se à constrição via sistema Bacenjud realizada sobre quantia depositada em conta intitulada pelo banco como poupança e sendo ainda o valor penhorado inferior a quarenta salários mínimos, presume-se, portanto, que se trata de verba necessária ao sustento da devedora. (fls. 120).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

De fato, a "conta poupança", como na hipótese dos autos, não passa de mera denominação para uma conta -corrente com remuneração e movimentação diárias, fugindo totalmente à característica da caderneta de poupança, consistente em reserva do poupador, guardada em modalidade de investimento de rentabilidade mensal, de baixo risco. Sua movimentação é permitida, mas sujeita à perda dos rendimentos do respectivo mês, se não completado o período aquisitivo da remuneração.

Com acerto, o Juízo considerou insuficientes os documentos trazidos pela recorrente (fls. 58/59) para comprovar se revista aludida conta dos requisitos a que alude a lei, a torna-la impenhorável. Contrariamente, o

Superior Tribunal de Justiça

próprio extrato dá a entender que conta corrente e conta poupança representam a mesma coisa.

Fácil de ver, por conseguinte, que a recorrente não se desincumbiu de seu ônus probatório, pois a ela competia demonstrar estarem os recursos depositados em caderneta de poupança, como prevê a lei (artigo 833, X, do Código de Processo Civil) (fl. 86).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente